

## **CELAC: perspectivas de ampliação política e econômica para a América Central e Caribe**

**Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna**

Diretor de Relações Internacionais do  
Instituto Brasileiro de Advocacia Pública  
Brasil

Recibido: 7 de julio, 2012 • Aceptado: 9 de setiembre, 2012

### **RESUMO**

Este artigo, após breve introdução ao tema, tem como proposta avançar na visão histórica da concepção panamericanista e bolivarianista ao analisar o continente americano sob a ótica destes dois grandes movimentos antagônicos. Em seguida, objetiva-se abordar a inserção da América Central neste mundo multipolar, a análise mais detalhada sobre o significado da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos e, finalmente, algumas conclusões sobre suas perspectivas para a América Central.

**Descritores:** Pan-americanismo, Bolivarianismo, Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, América Central, integração.

### **RESUMEN**

Este artículo, tiene como propuesta presentar una reseña histórica sobre la concepción panamericanista y bolivarianista para América desde la perspectiva de estos dos grandes movimientos antagónicos. Seguidamente, el objetivo es hacer un abordaje sobre la integración de Centroamérica en este mundo multipolar, un análisis más detallado del significado de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y del Caribe, y, finalmente, algunas conclusiones sobre las perspectivas para América Central.

**Palabras clave:** Panamericanismo, Bolívarismo, Comunidad de Estados Latinoamericanos y del Caribe, América Central, integración

## Introdução

Pensar Centroamérica convidam a toda intelectualidade da América Latina para estabelecer um diálogo aberto e uma troca de experiências, que se constituem em importante estágio para a integração entre estes povos. O presente trabalho acadêmico apresenta a análise da recém-criada Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos– CELAC, objetiva aprofundar as perspectivas que se abrem para a América Central no campo político e econômico e, por conseqüência, o campo social, jurídico e cultural.

Este artigo, após desta breve introdução ao tema, tem como proposta avançar na visão histórica da concepção panamericanista e bolivarianista ao analisar o continente americano sob a ótica destes dois grandes movimentos antagônicos. Em seguida, objetiva-se abordar a inserção da América Central neste mundo multipolar, a análise mais detalhada sobre o significado da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos e, finalmente, algumas conclusões sobre suas perspectivas para a América Central.

No atual estágio da globalização e neste mundo pós-crise mundial aprofundada em setembro de 2008, nos Estados Unidos, a posição da América Central deve traduzir objetivos mais claros de inserção no mercado mundial, a partir da compreensão do atual cenário político multipolar e das inúmeras transformações que estão acontecendo no mundo em transformação.

## Visão panamericanista e bolivarianista

Nenhuma análise política pode ser elaborada, principalmente quando se estuda a América Central, sem o entendimento do papel e dos interesses dos Estados Unidos da América na região, enquanto estado nacional em claro processo expansionista.

A análise da integração na América Latina tem como pressuposto os interesses antagônicos de uma elite minoritária em detrimento da população local, na transição do processo oligárquico e de independência destes países do país colonizador.

Ao mesmo tempo em que o século XIX marca um processo de independência de vários países, ao se libertarem, principalmente, do colonizador espanhol e português, no caso do Brasil, a formulação nos Estados Unidos da Doutrina Monroe, em 1823, já planejava um papel dominante daquele país no continente, já praticando uma política expansionista, principalmente na primeira metade daquele século, através da anexação da Flórida em 1819, do Texas em 1835, do Oregon em 1846, do Novo México e Califórnia em 1848.

A ideia do movimento pan-americanista tem como base princípio lógica uma doutrina e ação promovida pelo *establishment* estadunidense para influenciar e impor os seus interesses aos demais países da América Latina, numa concepção hegemônica, permanente e dominadora.

O professor cubano José Bell Lara menciona que: “

Fue José Martí quien más claro vio esto y en su denuncia del emergente neocolonialismo estadounidense enriqueció el ideal bolivariano al avizorar que la identidad y unidad de América Latina no es por un parentesco cultural o lingüístico sino que es una necesidad que surge de un pasado y un presente común de luchas contra el colonialismo europeo y el expansionismo estadounidense junto a las mismas aspiraciones, intereses, problemas y destinos históricos. (Bell-Lara, 2008: 27)

O movimento bolivarianista, por sua vez, apresentava concepção doutrinária favorável à uma maior aproximação entre os países da América Latina.

Essa evolução se refletiu no século XX, na medida em que os processos de integração acabavam sendo articulados com o acompanhamento, influência ou pressão dos interesses americanos, ou no pólo oposto, sofriam pressão ou boicote para prejudicar o seu alcance.

Sob a perspectiva histórica da dominação e da dependência, a posição da América Latina no contexto histórico sempre se baseou no aumento da influência americana, sendo fundamental manter e ampliar a dominação sobre esta parte do continente americano, tendo o papel preponderante das elites dirigentes destes países para este estágio de dominação. Esta região por ter sido a primeira grande área de influência americana pressupunha ações no campo político, econômico e militar para manter o continente sob a sua influência e em consonância com os seus interesses, principalmente sob o ponto de vista da dominação capitalista, daí a sua lógica agressiva de embargo econômico contra Cuba até os dias atuais, que reflete a concepção ultrapassada da Guerra Fria contra o perigo comunista.

A perspectiva bolivariana sempre se baseou em relações de igualdade, respeito e independência entre as nações.

Com base no quadro que caracterizou o século XIX, em particular a partir dos processos de independência das nações latino-americanas, verifica-se uma estratégia não somente política e econômica, mas, sobretudo, militar na execução da Doutrina Monroe, como no caso da intervenção em Santo Domingo, em 1861, no México, em 1867, na Venezuela, em 1887, e no Brasil, em 1893, além da Guerra contra a Espanha, na qual conquistou-se Cuba e Porto Rico.

A primeira metade do século XX, em particular até o início da Segunda Grande Guerra Mundial em 1939, e mesmo durante a grave crise da Bolsa de Nova York de 1929, houve uma continuidade da expansão dos Estados Unidos como país referência para resolver e mediar questões na América Latina.

Exemplo claro e objetivo podem ser apontados neste período, com a intervenção no Haiti, em 1902, no Panamá, em 1903, na República Dominicana, em 1905, em Cuba, em 1906 e, novamente no Haiti, em 1912 até 1934. Entre 1900 e

1914, o governo estadunidense decidiu assumir plenamente o protetorado militar e financeiro da República Dominicana, do Haiti, da Nicarágua, do Panamá e de Cuba, e afirmou a situação do Caribe e da América Central como sua “ zona de influência ” imediata e incontestável.

Países que sofreram períodos longos de intervenção foram a República Dominicana (1916-1924), Nicarágua (1912-193) e Cuba (1898-1902, 1906-1909, 1912, 1917), o que provocou algumas iniciativas no continente objetivando equilibrar as relações entre países, no campo da soberania e da independência.

A mais significativa, talvez tenha sido a VII Conferência Interamericana realizada em Montevideu no ano de 1933 que consolidou o princípio da não intervenção, tendo a adesão formal dos Estados Unidos, através da assinatura do então Secretário de Estado Cordell Hull. Foi declarado solenemente naquele evento que “ ... os dias de intervencionismo haviam passado e que Norteamérica se unia aos demais países do hemisfério na aceitação do princípio de não intervenção. A diferença entre países americanos deviam resolver-se por meios pacíficos e procedimentos multilaterais.”

Já o período posterior à II Grande Guerra Mundial, denominado de Guerra Fria, é marcado por movimentos anti-colonialistas e com as influências geopolíticas delimitadas pela divisão bipolar entre a liderança americana e dos países inseridos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com a defesa do livre-mercado, em oposição ao perigo comunista, então representados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus países aliados e vinculados ao Pacto de Varsóvia, caracterizando um mundo bipolar e dividido entre a liderança americana e a soviética.

Os Estados Unidos consolidavam o seu papel hegemônico no continente decretando a defesa do *mundo livre* e o triunfo do livre-mercado sobre as forças comunistas, isolando o perigo que representava a revolução cubana e ajudando a patrocinar lideranças militares e forças conservadoras em golpes militares na América Latina, ao longo das décadas de cinquenta, sessenta e setenta.

A concepção bolivarianista se rearticulou e avançou ao longo do século XX através de governos e lideranças populares, nacionalistas e com visão desenvolvimentista como Lázaro Cárdenas Del Rio, 1934-1940, no México; Getúlio Dornelles Vargas, 1930- 1945, no Brasil; Juan Domingos Perón, 1946-1955; 1973-1974, na Argentina; Jacobo Arbenz, na Guatemala, entre 1951 e 1955; o transcurso da Revolução Cubana de 1959, o Governo do General Alvarado, no Peru, entre 1968 e 1975; o governo de Salvador Allende, no início da década de 1970, além de movimentos como o da Revolução Sandinista na Nicarágua.

Dentre estes movimentos populares que caracterizam o modelo de integração bolivariana, no período posterior à II Grande Guerra Mundial, mais especificamente entre o ano de 1947 e o ano de 1949, destaca-se a influência para a formação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), enquanto

movimento de base para o pensamento crítico e de aproximação dos povos da América Latina, ou seja, contemplando um movimento de integração mais ampliado no citado espaço geopolítico.

O pensamento cepalino se desenvolveu com base em modelos alternativos e com fortes questionamentos na concepção estrutural, além de significativas influências que foram sendo incorporadas como a da Conferência de Bandung em 1955, que iniciou o movimento dos países não alinhados.

Dentre os movimentos que caracterizam a visão panamericanista, destaca-se a criação, em 1948, em Bogotá, da Organização dos Estados Americanos (OEA), enquanto organismo regional que continha 34 Estados do continente americano e criada sob os auspícios e controle dos Estados Unidos para aperfeiçoar a então existente União Panamericana, tendo sede em Washington.

Este Organismo sempre foi utilizado como sustentáculo das políticas e do interesse americano para a América Latina. Em síntese, interesses distintos e antagônicos se inserem no movimento bolivarianista, que defende um projeto integracionista mais amplo e incluyente, avançando nos aspectos políticos, sociais e culturais, e no movimento panamericanista, com a preponderância da intensificação da atividade comercial e a utilização de órgãos financiadores como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI), traduzindo as concepções integracionistas nas Américas ao longo do século XIX e XX, cujas visões diferenciadas caracterizavam uma dinâmica de contradições que expunham dois modelos divergentes.

### **A América Central e a realidade multipolar**

Ao longo da década de sessenta e em contraposição ao avanço da visão estruturalista da CEPAL e das reformas de base, o processo de golpes com ditaduras militares em inúmeros países da América Latina, que implicou em rupturas institucionais que duraram até meados dos anos oitenta do século passado, caracterizando um período de mais de duas décadas de regimes políticos em conflito com os ideais democráticos.

A globalização, desta forma, retratava o mundo vitorioso da Segunda Grande Guerra baseado numa estrutura institucional do sistema mundial totalmente calcada na hegemonia americana através de instituições como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), atualmente Organização Mundial do Comércio (OMC), em obediência à Bretton Woods, além do desenho estrutural da Organização das Nações Unidas concebida no quadro desta hegemonia e que respeitava o interesse das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial traduzida pelo poder de veto dos Estados Unidos, da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, atualmente Rússia, França, Reino Unido e China junto ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

O processo de globalização que emergiu da Segunda Grande Guerra Mundial num mundo bipolar e com várias instituições que foram sendo criadas para traduzir uma posição de hegemonia, passou a ter uma visão unipolar com a ascendência americana da visão neoliberal e da doutrina preconizada pelo Consenso Econômico Neoliberal, identificado pelo fenômeno político denominado Queda do Muro de Berlim, em 1989, aliado à fragmentação política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, aliado a um cenário que retratava o enorme avanço tecnológico da informática, dos meios de comunicação e da informação, com maior facilidade de deslocamento dos fluxos de capitais e as relações entre os países.

Com o restabelecimento do processo democrático na América Latina, através da transição política, intensificados ao longo da década de oitenta, estabeleceu-se como importante fundamento, o interesse e movimento político dos países latino-americanos em estimular movimentos estruturais favoráveis à integração.

Como consequência, os fundamentos do modelo neoliberal delineados pelo Consenso de Washington, a partir da década de noventa influenciou o processo de redemocratização em curso, inclusive com mudanças nas Constituições de vários países, no caminho do restabelecimento do Estado Democrático e dos direitos individuais e coletivos, embora aliado a posições políticas favoráveis ao livre-mercado, à diminuição do tamanho do Estado na economia e ao alinhamento incondicional aos Estados Unidos.

Neste contexto, com o objetivo de consolidar a sua posição de hegemonia no continente, idealizou-se um projeto de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do Alasca à Patagônia, excetuando Cuba, o que, claramente, favorecia às empresas e a indústria americana pela dificuldade de competitividade com as demais países. Esta fase do pensamento único teve enorme repercussão mundial durante cerca de uma década e meia, sendo que o modelo preconizado por esta concepção política e econômica na América Latina se mostrou excludente, injusto e totalmente contrário a um processo de cidadania e inclusão social através de políticas públicas e voltadas para o bem-estar da população.

No início do século XXI, no entanto, a ação política e a liberalização do comércio vêm se intensificando e consagrando os caminhos do multilateralismo. O atual processo de globalização se pauta numa Hegemonia Compartilhada, a partir de uma visão multilateral que propicia que os Estados Unidos, em maior escala, e a Europa integrada e o Japão, em menor escala, passem a ter menor poder de persuasão, na medida em que verificam a ascensão de outras potências que se constituem em novas economias industriais e lideranças no âmbito regional, como a China, a Índia, o Brasil, o México, a Turquia, a África do Sul, além do ainda considerável poder de influência da Rússia.

Registra-se o paradoxo na conjuntura política das Américas, na medida em que os Estado Unidos sob a administração conservadora de George W. Bush (2001-2005; 2005- 2009), orientado pelos interesses de grandes corporações industriais

e financeiras que, entre outras medidas, rechaçam o multilateralismo e que optam pela intervenção em Estados Nacionais para defender os seus interesses, estejam convivendo na América Latina com um quadro complexo, com governos favoráveis a um novo modelo de integração de fundamento nacionalista, desenvolvimentista, com preocupações sociais e favoráveis à integração, o que caracteriza o atual estágio das posições políticas dos Chefes de Estado nestes países.

Neste quadro desfavorável, destaca-se a questão política interna no México, com um processo eleitoral neste ano de 2012; a vitória de Daniel Ortega e do sandinismo na Nicarágua, a ascensão da Frente Farabundo Martí em El Salvador; o golpe fracassado e o governo de Hugo Chavez na Venezuela; ascensão de Evo Morales na Bolívia; o triunfo de Rafael Correa no Equador; a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil; a vitória de Nestor Kirchner e Cristina Kirchner na Argentina; a vitória de Tabaré Vasquez e José Mujica no Uruguai; o crescimento econômico de Cuba, mesmo com o bloqueio; a vitória de Ollanta Humala no Perú; a vitória de Fernando Lugo no Paraguai; o pluralismo do Fórum Social Mundial, entre outras, além da pressão interna dos imigrantes e da crise econômica iniciada junto ao Setor imobiliário, em setembro de 2008, com reflexos mundiais. Sob a administração de Barack Obama, a partir de 2010, verifica-se que não houve mudança significativa na política para a América Latina, tendo no início de 2011 a primeira viagem à Região na condição de Chefe de Estado, com visitas ao Brasil, Chile e El Salvador, sem qualquer demonstração de que a América Latina seja prioridade na política externa estadunidense.

Para o Professor Theotônio dos Santos (SANTOS, 1999, pág. 132) “A integração latino-americana depende não só da unidade de ação política e diplomática dos Estados Regionais, mas sobretudo da sua capacidade de gerar instâncias autônomas de decisão, instituições e estruturas sociais e políticas capazes de garantir a soberania de cada país”. Nesta perspectiva e face à perda de influência dos Estados Unidos no continente, faz-se necessário estabelecer uma fundamentação teórica com análise crítica no campo da contra-hegemonia, além da necessidade da reflexão da democracia como paradigma para a ação política e investigação de marcos teóricos e das estratégias no campo dos interesses dos Estados Latino-americanos para se criar ambientes de diálogo institucional com os seus países vizinhos, sob o prisma da evolução democrática.

Esta perspectiva da integração propiciou alguns processos de integração continental ao longo dos últimos cinquenta anos, com destaque para a Associação Latino-Americana De Livre-Comércio, ALALC (1960); o Pacto Andino, posteriormente Comunidade Andina da Nações (1968), o Tratado de Cooperação Amazônica (1978), a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento - ALADI (1980), o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (1991) e a União das Nações Sul-Americana (2003), para se ter uma ideia de alguns movimentos integracionistas que envolvem países da América do Sul, América Central e do Caribe.

O fortalecimento da democracia é condição indispensável para o processo de integração e de cooperação entre os povos e países vizinhos, situados na mesma região, neste atual estágio da globalização. A Globalização deve ser entendida como um conceito em construção, dialético e que corresponde a uma realidade empírica, onde estudiosos das Ciências Sociais e das Ciências Econômicas convergem ao estabelecer uma relação de associação às mudanças significativas que vêm ocorrendo nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais do mundo contemporâneo.

A Globalização/Mundialização é um fenômeno qualitativamente novo que se torna possível a partir da coincidência no tempo de três processos interdependentes com a sua própria lógica interna: a crise e a queda do socialismo real, o desenvolvimento vertiginoso das novas tecnologias de informação e da comunicação (era da informação) e no neoliberalismo. Sem estes três processos que explicam a queda do sistema de Bandung, do modelo soviético e do Estado do Bem-Estar, a globalização não seria possível.

O multilateralismo tem propiciado que os países possam ter uma maior participação no processo de influência de grandes temas na agenda internacional, beneficiando-se do sistema do regionalismo aberto.

O Regionalismo aberto consiste num complexo processo onde os países envolvidos tratam da liberalização do comércio de bens e serviços entre os membros do modelo de integração, mas sem aumentar as barreiras de tal comércio frente a terceiros países, dentro dos compromissos jurídicos adquiridos por força da Organização Mundial do Comércio. Em outras palavras, representa um processo de integração regional que intensifica a crescente interdependência econômica que pode avançar em aspectos políticos, sociais e culturais.

A regionalização tem implicado num processo de multiplicação dos tratados de integração regional em todo o mundo, sendo que os países na América Latina devem buscar espaços de consolidação dentro de uma estratégia integracionista. A inserção estratégia internacional dos povos da América Latina passa pelo processo de integração regional e tem como pilares fundamentais a delimitação desta região como área de sua influência através da integração regional, sem prejuízo de uma política multilateral de adesão e participação das instituições e acordos internacionais, como forma de aumentar a sua influência, além da manutenção da estabilidade regional.

Em síntese, depreende-se que o regionalismo e o multilateralismo complementam-se no sentido de se definir uma política externa “ universalista ” e que deva rejeitar o alinhamento automático aos Estados Unidos , através da tentativa de afirmar o exercício de sua hegemonia no plano regional. O processo de integração constitui-se numa obra de engenharia política e que se pauta na necessidade de um diálogo permanente e claro nas estratégias para atingir os seus objetivos, sendo que organismos como a CELAC devem ocupar um espaço político importante no processo de integração da América Latina e do Caribe.

## Criação e perspectivas da CELAC

Na Cúpula da Unidade ocorrida em Cancún em 22 e 23 de fevereiro de 2010, que congregou o XXI Cúpula do Grupo do Rio e a II Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), houve consenso na necessidade de se constituir um novo mecanismo de integração, que abrigará os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe, decidindo-se criar um organismo para aprofundar o intercâmbio entre os países da América Latina e do Caribe, tendo como fundamento a fusão do Grupo do Rio e da CALC.

Na Declaração aprovada, determinou-se a constituição de um Foro Unificado como grupo de trabalho encarregado de redigir as regras de funcionamento do novo organismo, mantendo-se as agendas da CALC e do Grupo do Rio até a conclusão do processo de construção da CELAC. Em dezembro de 2011, na Cúpula de Caracas, os Chefes de Estado da América Latina e do Caribe reunidos em Caracas, na Venezuela, criaram oficialmente a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que conta com a participação de 33 países, dando significativo passo para fortalecer o processo de integração entre os países da região, com as exceções sendo os Estados Unidos e o Canadá.

Nesta ocasião, a presidenta brasileira Dilma Rousseff ao afirmar que “ a CELAC é fato político e econômico de “grande envergadura”, reiterou que a integração regional seria condição para que as economias da América Latina e do Caribe enfrentassem os desafios impostos pela crise internacional, mantivessem suas taxas de crescimento acima das registradas pelo resto do mundo e preservassem seus ciclos atuais de desenvolvimento.

A CELAC foi constituída como um foro regional que objetiva impulsionar a integração latino-americana e caribenha, incorporando os patrimônios da concertação política do Grupo do Rio e da integração e desenvolvimento da CALC, tendo sido apontados como principais objetivos os de promover o desenvolvimento econômico e social.

da região; aprofundar a democracia, aumentar a presença internacional e a capacidade de negociação da região, além de aprofundar e estimular a cooperação regional em prol do fortalecimento da integração regional e do desenvolvimento. A CELAC incorporará a CALC, cujo Plano de Ação de Montego Bay prevê reuniões sobre diversos temas, como crise financeira internacional, energia, infra-estrutura, cultura, entre outros.

O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (o chamado Grupo do Rio), cujo instrumento legal é a chamada Declaração do Rio de Janeiro, criado em dezembro de 1986 foi consequência do trabalho político e diplomático dos Grupos de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), em favor da paz na América Central, sendo firmados por estes países.

Durante cerca de um quarto de século, o Grupo do Rio firmou-se como mecanismo regional de diálogo e concertação política, como no caso do auxílio na mediação de conflitos entre países como aconteceu na crise entre Colômbia, Equador e Venezuela após violação do território equatoriano pela Colômbia em março de 2008. O Grupo do Rio, durante as décadas de oitenta e noventa, possivelmente tenha sido o principal foro de concertação política para discussão de temas de interesse da América Latina e Caribe, através de inúmeras declarações que visavam demonstrar o equilíbrio regional.

Nestas duas décadas de existência, o Grupo do Rio funcionou como foro privilegiado de comunicação entre Chefes de Estado e Chanceleres dos países membros e na interlocução com outros blocos como no caso da União Europeia, além de interlocutor representativo da América Latina e do Caribe junto a outros países com o qual existe um diálogo institucional.

A sua criação teve como pressuposto a constituição de um mecanismo regional de diálogo e concertação política, principalmente em situações de instabilidade e divergência política, inclusive nos casos de intervenções americanas na América Central.

Nos últimos anos, o Grupo do Rio tem enfrentado um gradual enfraquecimento na sua agenda política, bem como enfrentado dificuldades para definição de uma atuação no atual contexto político e econômico da América Latina. Houve enfraquecimento da sua capacidade de se apresentar como articulador do conjunto de interesses regionais. Esse processo reflete, de certo modo, o fortalecimento de blocos da agenda regional da América do Sul, América Central e do Caribe.

A CELAC, instituição criada dentro do contexto multipolar que tem caracterizado o século XXI, foi criada, desta forma, para fortalecer os mecanismos institucionais que ascensão de governos mais à esquerda e de forte definição nacionalista na maior parte destes países, reforçando posições de confrontação e clara divergência ao processo de manutenção dos interesses estadunidenses.

Os primeiros anos após a virada do milênio, neste contexto, já ficaram marcados pela retirada da agenda de debates em relação à concepção de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), desejada pelos Estados Unidos da América e que se constituiria num claro instrumento de desvantagem para a indústria e produtos dos países latino-americanos e caribenhos, em favorecimento aos produtos estadunidenses.

Se por um lado o atentado ocorrido nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 estabeleceu uma diretriz bélica sob o argumento de combate ao terrorismo com ataques no Iraque e no Afeganistão, por outro lado simbolizaram que a América Latina continuam não se constituindo em prioridade na pauta da política externa americana, já que os Estados Unidos continuam considerando-na como sua área de influência, principalmente tentando desarticular todos os movimentos

integracionistas ao propor acordos bilaterais que se constituem em pequenas vantagens em questões pontuais.

A falência do neoliberalismo provocada pelas políticas desastrosas, casos de corrupção e desmantelamento da máquina pública na América do Sul, América Central e Caribe, proporcionou uma nova agenda pautada pelos governos com projetos progressistas que convergiram para um processo de deslocamento da influência dos Estados Unidos e um maior grau de autonomia da região no processo decisório de questões importantes.

Para isto, a rearticulação de blocos econômicos possibilita intensificar o fluxo de comércio entre os países integrantes destes espaços de integração, inclusive com medidas de impacto como no caso do Brasil e da Argentina, no âmbito do Mercosul, ao utilizarem suas moedas nas transações comerciais ao invés do padrão dólar, bem como medidas como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), a Cooperação Andina de Fomento (CAF), o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o projeto do Banco do Sul para implementar projetos de infra-estrutura, enquanto medidas concretas para a efetivação dos projetos de integração com financiamento em condições mais vantajosas.

A própria criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) é demonstração inequívoca de independência, tendo aprovado um Conselho Sul-Americano de Defesa, marcação de posição contra ampliação de bases militares americanas na Colômbia e Peru, a reativação da Quarta Frota americana na região do Atlântico na costa do Brasil e, mais recentemente, com posições de reconhecimento da Argentina em relação às Ilhas Malvinas.

No campo político, o processo de ruptura institucional em Honduras, que depôs o Presidente Manuel Zelaya do poder, deixou claro que existem divergências profundas sobre o papel da democracia no continente, já que os Estados Unidos apostou na interinidade até o final do processo eleitoral, que culminou com a vitória do candidato Pepe Sanchez, ao passo que vários países da América Latina condenaram e repudiaram o golpe, até por ser o primeiro processo de ruptura institucional do século XXI, o que seria inaceitável e preocupante.

No campo dos avanços institucionais dos processos de integração, existe espaço no campo da institucionalização através da possibilidade de Tribunais para a solução de controvérsias, bem como a efetivação de instrumentos de representação política como Parlamentos.

Em conclusão ao presente artigo acadêmico, diversas experiências estão ocorrendo no continente, objetivando acompanhar esta conjuntura multipolar. Para enfrentar a rapidez da evolução tecnológica, aliada à manutenção dos índices de crescimento, ampliação do emprego e o desenvolvimento econômico, a estratégia mais apropriada aos países da América Central é buscar a integração regional, através de mecanismos como a CELAC, rompendo com o passado de

aceitação, falta de iniciativa e dependência da iniciativa estadunidense que, sequer, tem na América Latina qualquer prioridade na sua política externa.

Embora historicamente, a opção das classes hegemônicas e dirigentes sempre foi a de alinhamento automático aos interesses americanos, em detrimento de processos de integração com países próximos, vizinhos e com uma identidade cultural e histórica maior, a atual conjuntura multipolar exige responsabilidade dos governantes e da sociedade de cada um destes países, que devem ser protagonistas das mudanças históricas que estão em curso, através de uma visão de independência e de contra-hegemonia, evitando a na estratégia americana em assegurar o controle e a preferência do intercâmbio comercial, na medida em que tinham a iniciativa de acordos e tratados bilaterais ou no âmbito regional, de forma a dificultar a estratégia integracionista e a facilitar o processo de submissão aos seus interesses ao aumentar a dependência e não solucionar as questões conjunturais e de infra-estrutura destes países.

### Referencias bibliográficas

- Barros, Sebastião do Rego. (2000) Mercosul: Tempos de Desafio. In: Revista Latinoamericana de Temas Internacionais. *Archivos Del Presente*. Buenos Aires, Fundación Foro Del Sur, 2000, n. 19.
- CEPAL. (1998). *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. Santiago: Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_ (1994). Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. La integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad. 1994. a. Disponível na Internet: [www.eclac.org/espanol/textosfund/Cepal6.html](http://www.eclac.org/espanol/textosfund/Cepal6.html)
- Chilcote, Ronald H. Teorias de Política Comparativa. A Busca de um Paradigma Reconsiderado – Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- Díaz, C. *Experiência de Concertación Social en la evolucion del cuadro político* - Seminário Internacional Italo-chileno : Relaciones Laborales y Derecho del Trabajo - Chile
- Filgueiras, Marcos Simão. *O MERCOSUL no contexto latino – americano*, São Paulo, Atlas, 1994.
- Furtado, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Gambina, Júlio. *Las crisis de la economia mundial y los desafios para el pensamiento crítico*

- González Herazo, Edgardo (1998). “El futuro del Sindicalismo dentro del Contexto de la Integración Regional : Su Reto frente a la Movilidad de los trabajadores”. Em *Mercosul no cenário internacional : Direito e Sociedade* / (Luiz Otávio Pimentel, Org.) Vol. 1. Curitiba : Juruá Editora .
- Guimaraes, Samuel Pinheiro. (2000). O papel político internacional do Mercosul. Em: *COMUNICAÇÃO & POLÍTICA*. V 3. No.3. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino- Americanos, Cebela.
- Lavagna, Roberto. (1995). *Alianzas Regionales: Mercosur, Nafta y la Unión Latinoamericana*. Argentina y Brasil en el Mercosur. Grupo Editor Latinoamericano.
- Mello, Prudente José Silveira. (1998). *Globalização e Reestruturação Produtiva do Fordismo ao toyotismo*. Em *Globalização, Neoliberalismo e o Mundo do Trabalho* . Curitiba : Editora Edibej.
- Sader, Emir. (1996). *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (Ed.). (1998). *Democracia sin exclusiones ni excluidos*. Caracas/Venezuela: Nueva Sociedad.
- Santos, Theotônio dos. (1999). *Economia Mundial: Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável*. [4ª edição atualizada]. Petrópolis: Editora Vozes
- \_\_\_\_\_. (Coord.) *Países Emergentes e os Novos Caminhos da Modernidade*, Cátedra UNESCO em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável
- \_\_\_\_\_. (Coord.). (1993) *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável – As Novas Tendências da Economia Mundial e a Integração Latino- Americana*, Petrópolis: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). (2008) *Países Emergentes e os Novos Caminhos da Modernidade*. Brasília: Cátedra Unesco em Economia e Desenvolvimento Sustentável – Edição Unesco.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). (). *GLOBALIZAÇÃO e REGIONALIZAÇÃO Hegemonia e Contra-hegemonia* (Volumes 1, 2 e 3). Santos Editora PUC-Rio.
- Valladao, Alfredo. *Os dois trunfos do Mercosul: Soberania compartilhada e Miscigenação Cultural*, in *O Mercosul e a Integração Sul-americana: Mais do que a economia*. Brasília: FUNAG 1997
- Williamson, J. (1993). *Democracy and the Washington Consensus*. World Development Fund.

